CONTRATO Nº 07/2014
PROCESSO Nº 51402.064958/2013-61

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A. COMO CONTRATANTE E O CONSÓRCIO TRAIL/PAVOTEC.

A **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.**, empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Edifícios Públicos Sul, Entre Quadras 713/913, Bloco "E", Ed. CNC Trade, Asa Sul, CEP 70.390-135, cidade de Brasília (DF), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada, neste ato, por seu Diretor-Presidente, **JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO**, brasileiro, casado, engenheiro civil e administrador de empresas, RG nº 55.746.330 - SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 056.030.725-04, domiciliado na cidade de Salvador (BA) e por seu Diretor de Engenharia, **MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 8.339.791-7 – SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 022.388.828-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo (SP) e o **CONSÓRCIO TRAIL/PAVOTEC,** doravante denominado **CONTRATADO,** neste ato representado pela **TRAIL INFRAESTRUTURA LTDA.,** empresa líder do **CONSÓRCIO**, com sede na Rua Guaianases, nº 1.041, bairro Campos Elíseos, cidade de São Paulo (SP), CEP nº 01.204-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.497.348/0001-50, neste ato representada por seu Gerente de Desenvolvimento de Negócios, **MARCOS JOSÉ RIBEIRO**, Identidade nº 9.983.120-X, inscrito no CPF sob o nº 033.329.748-23, com fundamento no artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1791

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a execução, sob regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), referente às obras remanescentes do Lote 01 da Concorrência nº 005/2010, da forma a seguir discriminada:

- Lote 01 – Do Rio da Preguiça (Km 1401 + 710) até o Terminal de Ilhéus (Km 1526 + 700).

1.2 – Serviços a serem desenvolvidos:
1.2.1 – Os serviços objeto deste contrato, cujo detalhamento se encontra no Anexo I do Edital e Termo de Referência, compreendem, mas não se limitam a:

- SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
  1 – Mobilização, instalação e administração local;
    1.1 – Mobilização e desmobilização;

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

1.2 – Instalação e manutenção de canteiro;
1.3 – Administração local.
2 – Serviços Preliminares.
3 – Terraplanagem.
4 – Pavimentação.
5 – Drenagem.
6 – Obras de Arte Correntes.
7 – Obras complementares.

- SERVIÇOS DE SUPERESTRUTURA
  1 – Serviços de Superestrutura.
  2 – Serviços de Administração.

- OBRAS DE ARTE ESPECIAIS
  1- Obras de Arte Especiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

2.1 – Fazem parte integrante do presente Contrato os seguintes documentos, independente de suas transcrições:
- Edital da Concorrência nº 005/2010 e seus Anexos;
- Proposta da licitante vencedora do certame à época.

2.2 – Em caso de dúvida ou divergência entre os termos dos documentos contratuais referidos no item anterior, prevalecerão sempre os do Contrato. As referências, nestes instrumentos, às Cláusulas, itens e subitens correspondem sempre as do presente contrato, salvo outra indicação expressa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ORDENS DE SERVIÇO

3.1 – Os serviços objeto do presente contrato serão executados em estrita conformidade com as normas e especificações da CONTRATANTE, por meio de Ordens de Serviço (OS) emitidas pela CONTRATANTE e aceitas pela CONTRATADA.

3.1.1 – Todo e qualquer serviço somente será iniciado após a emissão e aceite da respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 – Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma físico de execução das obras constantes no Anexo X e do Edital, e deverão estar concluídos em 22 (vinte e dois) meses.

4.1.1 – Na eventualidade da CONTRATANTE receber dotação orçamentária complementar, que lhe permita nova programação de seus investimentos, a CONTRATADA, desde já, se obriga a apresentar, para aprovação da CONTRATANTE, num prazo de 15 (quinze) dias, o novo Cronograma Físico de Execução das Obras, adequado à nova programação que venha a ser solicitada pela CONTRATANTE, desde que tal programação não obrigue a CONTRATADA à execução de produções superiores às comprometidas na proposta da licitante vencedora do certame à época.

4.2 – O prazo estabelecido para cada Ordem de Serviço será contado a partir da data de assinatura da mesma pelas partes, não podendo ser ultrapassado o prazo estabelecido no item 4.1.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

4.3 – Para efeito de aplicação de multas por atraso na execução dos serviços serão considerados os prazos estabelecidos no Cronograma Físico de Execução das Obras, constante do Anexo X e do Edital.
4.4 – A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da CONTRATANTE sempre que solicitada ou quando for configurado desvio maior que 10% (dez por cento) em relação ao cronograma físico em vigor em qualquer atividade, o pedido de revisão dos Cronogramas Físicos e Financeiros de Execução das Obras respeitando os marcos contratuais. Uma vez aprovados, esses cronogramas, revistos e atualizados, integrarão o Contrato substituindo aos cronogramas anteriores.
4.5 – O presente contrato vigorará pelo prazo de 22 (vinte e dois) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, nos termos do art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1 – Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preços unitários.
5.2 – Pelo fiel e integral cumprimento das obrigações contratuais aqui estabelecidas, referentes aos serviços sob regime de empreitada, efetivamente prestados e aceitos, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços estabelecidos na Planilha de Quantidades e Preços do Anexo X A do Edital, devidamente atualizado.
5.3 – Os preços constantes do Quadro de Quantidades e Preços são acordados com a remuneração total da CONTRATADA, abrangendo todas as despesas e custos que direta ou indiretamente decorram do que seja necessário para o cumprimentos das obrigações contratuais, inclusive os tributos, taxas e seguros incidentes para a execução dos serviços e do Contrato.
Não serão considerados quaisquer pleitos da CONTRATADA de adicional nos preços unitários decorrentes de falhas ou omissões que venham a ser pela mesma verificadas após a assinatura deste Contrato.
5.4 – Eventuais serviços adicionais só poderão ser executados após autorização por escrito da CONTRATANTE e terão seu valor compostos com elementos constantes da Composição de Custo Unitário do Serviço, Anexo X B do Edital, e somente serão liberados para pagamento após a emissão de Termo Aditivo Contratual aceito pelas partes.
Ocorrendo a impossibilidade de composição do valor dos serviços adicionais com os elementos da referida tabela, deverá a CONTRATADA apresentar proposta específica explicitando claramente a composição do valor ofertado para julgamento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO

6.1 – A medição dos serviços realizados será feita mensalmente pela CONTRATANTE devendo seus quantitativos ser lançados no respectivo Boletim de Medição.
Ao término de todos os serviços, a CONTRATANTE emitirá a Medição Final correspondente.
6.2 – Cada medição abrangerá o período que vai do 26º (vigésimo sexto) dia do mês anterior ao 25º (vigésimo quinto) dia do mês de execução.
6.2.1 – A primeira medição compreenderá o período que vai da data de emissão da primeira Ordem de Serviço até o 25º (vigésimo quinto) dia do mesmo mês.
6.2.2 – A CONTRATADA, por meio de representante credenciado, deverá acompanhar os serviços de elaboração da medição.
6.3 – Com base na medição dos serviços realizados, a CONTRATANTE emitirá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da execução, o Boletim de Medição Mensal contendo os quantitativos dos serviços executados, sem atraso, de acordo com o cronograma aprovado,

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

acompanhado do respectivo demonstrativo financeiro e de carta à CONTRATADA autorizando o faturamento correspondente.

6.3.1 – Os serviços realizados com atraso em relação ao cronograma no mês de sua execução serão relacionados em Boletim de Medição Complementar indicando, obrigatoriamente, o mês de execução contratual conforme estabelecido no Cronograma. Este Boletim de Medição Complementar, quando houver, será emitido de acordo com a sistemática indicada no item 6.3 acima.

6.4 – Na hipótese de não concordar com os quantitativos, constantes dos boletins de medição, a CONTRATADA poderá apresentar, por escrito, em até 10 (dez) dias úteis, após a data de emissão do boletim, os motivos de suas contestação, devidamente fundamentados, para análise e decisão por parte da CONTRATANTE. A não contestação nesse prazo anulará reivindicação posterior por parte da CONTRATADA e será considerada como plena concordância e aceitação das quantidades medidas.

6.4.1 – Na hipótese da CONTRATANTE decidir como justa e aceitável a reivindicação da CONTRATADA, emitirá Boletim de Medição Complementar indicando os quantitativos da reivindicação que forem por ela aceitos e o ajuste correspondente será efetuado no primeiro pagamento subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 – Após o recebimento da autorização de faturamento a CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança em conformidade com os Boletins de Medição, o Contrato e a legislação vigente e os submeterá à CONTRATANTE juntamente com os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais vencidos, fazendo entre dos mesmos em seu Protocolo Geral.

7.1.2 – A primeira fatura deverá ser acompanhada dos comprovantes das inscrições legais e previdenciárias, especificas para os estabelecimentos abertos em função deste Contrato.

7.2 – Desde que os documentos de cobrança e demais documentos que os acompanham estejam em conformidade com o Contrato, a CONTRATANTE efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação e registro dos mesmos em seu Protocolo Geral, até as 14:00 horas.

7.2.1 – É vedado à CONTRATADA o endosso, desconto ou cobrança bancária de títulos representativos de créditos seus, oriundos deste Contrato, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, que poderá negá-lo.

7.2.2 – Caso a CONTRATANTE autorize o desconto ou a cobrança bancária das duplicatas emitidas pela CONTRATADA, as despesas bancárias e quaisquer outras decorrentes da operação correrão por conta desta.

7.3 – Caso sejam constatados pela CONTRATANTE erros, falhas ou divergências nos documentos referidos nesta cláusula, o prazo para o pagamento estabelecido no item 7.2 só será contado a partir da data de reapresentação, pela CONTRATADA, dos documentos de cobrança, devidamente corrigidos, não incidindo, neste caso, qualquer acréscimo ou ônus sobre tais pagamentos.

7.4 – Para atendimento do Ajuste SINIEF n.º 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF n.º 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a partir de 01/11/2012, a **CONTRATADA** envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas ficais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço eletrônico: gecon.nfe@valec.gov.br;

7.4.1 – Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF n.º 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SNIEF 08/10 (Cláusula Décima), por ocasião da assinatura

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

do Contrato, deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à **CONTRATANTE** informando essa condição;
7.4.2 – O atendimento ao item 7.4 não exclui a obrigação da **CONTRATADA** de apresentar as respectivas Notas Fiscais, em meio físico, ao Protocolo da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO

8.1 – Os preços unitários dos serviços objeto deste Contrato serão reajustados anualmente de acordo com as seguintes fórmulas:
8.1.1 – Serviços de Infraestrutura:
VR = Vo x Ki
Ki = K1 (Ei/Eo) + K2 (Ci/Co) + K3 (Si/So) + K4 (Ti/To) + K5 (Mei/Meo) + K6 (moi/moo) + K7 (Odi/Odo) + K8 (Gi/Go) + K9 (Pi/Po)

Onde:
Vr = valor reajustado
Vo = Valor contratual a ser reajustado

K1 = 0,444
K2 = 0,046
K3 = 0,010
K4 = 0,012
K5 = 0,180
K6 = 0,110
K7 = 0,146
K8 = 0,002
K9 = 0,050

Ei Eo = equipamento nacional, código A0159908
Ci Co = cimento, código A0159924
Si So = produtos siderúrgicos, código A0159940
Ti To = madeira, código A0159932
Mei Meo = mão de obra especializada, código A0159886
moi moo = mão de obra não especializada, código A0159894
Odi Odo = óleo diesel, código A0160027
Gi Go = gasolina, código A0160019
Pi Pó = pneus, código A0159991
li/lo = relações entre índices setoriais referentes ao Custo Nacional de Construção Civil e Obras Públicas, publicados pela Fundação Getúlio Vargas, correspondentes, respectivamente, à data do reajuste e à data-base do orçamento referencial da VALEC.

8.1.2 – Serviços de Superestrutura

Vr = Vo x Ki

Ki = K1 (Ei/Eo) + K2 (Ci/Co) + K3 (Si/So) + K4 (Mei/Meo) + K5 (moi/moo) + K6 (Odi/Odo)

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

Onde:
Vr = valor reajustado
Vo = valor contratual a ser reajustado

K1 = 0,110
K2 = 0,285
K3 = 0,190
K4 = 0,138
K5 = 0,125
K6 = 0,152

Ei Eo = equipamento nacional, código A0159908
Ci Co = cimento, código A0159924
Si So = produtos siderúrgicos, código A0159940
Ti To = madeira, código A0159932
Mei Meo = mão de obra especializada, código A0159886
moi moo = mão de obra não especializada, código A0159894
Odi Odo = óleo diesel, código A0160027
li/lo = relações entre índices setoriais referentes ao Custo Nacional de Construção Civil e Obras Públicas, publicados pela Fundação Getúlio Vargas, correspondentes, respectivamente, à data do reajuste e à data-base do orçamento referencial da VALEC.

8.1.3 – Obras de arte especiais

Vr = Vo x Ki

Ki = K1 (Ei/Eo) + K2 (Ci/Co) + K3 (Si/So) + K4 (Mei/Meo) + K5 (moi/moo) + K6 (Odi/Odo) + K7 (Odi/Odo)

Onde:
K1 = 0,090
K2 = 0,137
K3 = 0,184
K4 = 0,185
K5 = 0,238
K6 = 0,125
K7 = 0,041

Ei Eo = equipamento nacional, código A0159908
Ci Co = cimento, código A0159924
Si So = produtos siderúrgicos, código A0159940
Ti To = madeira, código A0159932
Mei Meo = mão de obra especializada, código A0159886
moi moo = mão de obra não especializada, código A0159894
Odi Odo = óleo diesel, código A0160027

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

li/lo = relações entre índices setoriais referentes ao Custo Nacional de Construção Civil e Obras Públicas, publicados pela Fundação Getúlio Vargas, correspondentes, respectivamente, à data do reajuste e à data-base do orçamento referencial da VALEC.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização dos serviços será exercida pela CONTRATANTE ou por prepostos credenciados junto à CONTRATADA que poderão, em qualquer ocasião, inspecionar a execução dos serviços, podendo rejeitá-los, total ou parcialmente, e determinar que a CONTRATADA substitua ou refaça, às suas expensas, as partes defeituosas, o que deverá ser prontamente atendido.

9.2 – A CONTRATADA permitirá e facilitará a inspeção dos serviços pela fiscalização, em qualquer dia e hora e prestará os esclarecimentos e as informações por esta solicitados.

9.3 – A CONTRATADA deverá indicar representante tecnicamente habilitado para, juntamente com a fiscalização, adotar as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

9.4 – A ação ou omissão da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços, inclusive perante terceiros.

9.5 – A CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer procedimentos administrativos complementares, visando o acompanhamento do Contrato.

9.6 – As comunicações e os avisos expedidos pela CONTRATADA, em decorrência deste Contrato, só serão válidos se encaminhados por escrito à fiscalização pelo representante da CONTRATADA, indicado conforme item 9.3 acima, ressalvados os casos que obriguem o registro no Protocolo Geral da CONTRATANTE, conforme disposto neste Contrato ou em instruções específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

10.1 – A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pela perfeição dos serviços, pela qualidade dos materiais empregados e pelos processos utilizados na sua aplicação, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços efetuados.

10.2 – Se, por circunstâncias imputáveis à CONTRATADA, os serviços realizados apresentarem omissões ou defeitos decorrentes de sua execução, a CONTRATANTE notificará, por escrito, à CONTRATADA, que deverá corrigir essas omissões ou defeitos sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE e nos prazos por esta última estipulados.

10.2.1 – Ao proceder à correção dos defeitos, a CONTRATADA deverá ter em conta os prazos contratuais estabelecidos e observar o disposto na Cláusula Vigésima Primeira.

10.3 – No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir os defeitos, erros, omissões ou falhas nos serviços, a CONTRATANTE, ou firma por ela credenciada, procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo ônus relativo a tal inadimplemento contratual e sanções correspondentes.

10.4 – Caso a CONTRATANTE venha a pagar diretamente os serviços executados, de acordo com o estabelecido no item 10.3, será ressarcida dos valores respectivos, e de imediato, pelos descontos respectivos nos créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA, ou, em não os havendo, nas garantias contratuais sem prejuízo do disposto no subitem 22.1.1 e da cobrança judicial respectiva se assim desejar proceder a CONTRATANTE.

10.5 – A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos sofridos, ou que a CONTRATANTE venha a sofrer, em decorrência de atrasos na entrega parcial ou final dos serviços, exceto nos casos de força maior definidos na Cláusula Décima Sexta.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

10.6 – A CONTRATADA será responsável pela segurança e solidez das obras contratadas, nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais e legais previstas.
10.7 – Até o recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA será responsável pelo manuseio, guarda e utilização de todos os materiais, equipamento, móveis e demais bens fornecidos pela CONTRATANTE, recebidos pela CONTRATADA, se ocorrido, e pertinentes à execução dos serviços, os quais serão relacionados *ad futurum* e farão parte integrante do presente Contrato.
10.7.1 – Durante o tempo em que tais bens estiverem em poder da CONTRATADA, esta será a fiel depositária para todos os fins legais, representada pelo(s) signatário(s) deste Contrato.
10.7.2 – A CONTRATADA terá tão somente a detenção de posse dos bens, a titulo precário, conservando-os em nome da CONTRATANTE até o final dos serviços, quando deverá devolver em perfeito estado de conservação todos os equipamentos, móveis e utensílios, assim como todos os demais bens de propriedade da CONTRATANTE que não tenham sido incorporados às obras.
10.7.3 – Além de conservar os bens de propriedade da CONTRATANTE sob sua guarda e responsabilidade, zelando pelo seu bom funcionamento, se obriga mais a CONTRATADA a não ceder o uso dos bens, a quem quer que seja, e a que título for, sem prévia autorização.
10.7.4 – Se, por culpa da CONTRATADA, os materiais, equipamentos, móveis, utensílios e outros bens de propriedade da CONTRATANTE forem danificados ou apresentarem defeitos por utilização indevida, ou ainda, sofrerem desvio ou extravio, todos os prejuízos daí decorrentes serão ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 – Concluídos os serviços e após a medição final da obra, a fiscalização promoverá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação por escrito da CONTRATADA, a emissão do Termo de Recebimento Provisório que será acompanhado de relatório apontando os defeitos de construção, caso existam, que deverão ser corrigidos pela mesma.
11.2 – A CONTRATADA será responsável pela conservação das obras pelo prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de emissão do Termo citado no subitem 11.1, prazo esse prorrogável até que sejam corrigidos todos os defeitos.
11.2.1 – Defeitos de construção constatados serão corrigidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, nos prazos por esta determinados.
11.2.2 – Decorrido o período de tempo estabelecido no subitem 11.2, inclusive eventuais prorrogações, e constatado pela fiscalização, que os defeitos de construção foram corrigidos e sanados, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.
11.2.3 – No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir as deficiências encontradas durante o período citado, a CONTRATANTE poderá proceder à correção dessas deficiências e deduzirá as respectivas despesas de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA ou das garantias previstas na Cláusula Vigésima Segunda, sem prejuízo de efetivar cobrança judicial, se assim he aprouver.
11.3 – A emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços dará à CONTRATADA o direito de proceder à sua desmobilização.
11.4 – Decorridos 30 (trinta) dias da data de emissão do Termo referido no item 11.2.2 e desde que cumpridas todas as obrigações contratualmente assumidas pelas Partes, proceder-se-á ao encerramento formal do Contrato.
11.4.1 – A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA e subcontratadas autorizadas, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato e, em especial quando da formalização do

Visto da SUFIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

encerramento desta relação contratual, a documentação que julgar necessária à comprovação do cumprimento de todos os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PESSOAL DA CONTRATADA

12.1 – A CONTRATADA assumirá toda a responsabilidade decorrente da legislação trabalhista e previdenciária, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, não apenas de seus empregados, prepostos ou representantes, como também de toda mão-de-obra, de qualquer natureza, que porventura contratar e/ou utilizar, sendo assim a única responsável pela administração desse pessoal na execução dos serviços, devendo: em consequência, observar as disposições legais vigentes.

12.2 – A CONTRATADA credenciará um representante em Brasília e outro, tecnicamente habilitado, no local dos serviços, ambos com podres para representá-la, tecnicamente e legalmente. Todos e quaisquer documentos, avisos, notificações e/ou solicitações a qualquer um deles entregue, será sempre tida como se entregue à CONTRATADA, ficando esta obrigada para todos os efeitos legais e contratuais decorrentes daquela entrega.

12.3 – Com o objetivo de garantir o padrão de qualidade dos serviços, a CONTRATADA se obriga a apresentar previamente à CONTRATANTE a relação dos empregados que integrarão em nível de chefia e coordenação, o corpo técnico a ser utilizado na execução dos serviços, reservando-se a CONTRATANTE o direito de rejeitar, a seu critério exclusivo, aqueles que, com base nas suas qualificações técnicas, não atenderem às necessidades dos serviços. Por outro lado, e com o mesmo objetivo, nenhum técnico da CONTRATADA, já alocado aos serviços, poderá ser por esta afastado sem a prévia aprovação do respectivo substituto pela CONTRATANTE.

12.4 – A CONTRATANTE reserva-se o direito de exigir, a seu critério, a retirada ou a substituição dentro de 48 (quarenta e oito) horas e sem ônus, de qualquer empregado da CONTRATADA que prejudicar o andamento normal dos serviços ou, ainda, que, por qualquer motivo, se tornar inconveniente ou indesejável no local dos serviços.

12.5 – A CONTRATADA deverá planejar, conduzir e executar seus serviços observando rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação em vigor e as instruções e medidas de segurança internas que forem determinadas pela CONTRATANTE, por escrito, bem como obriga-se a prover seu pessoal de campo com material e equipamento de proteção e de segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COOPERAÇÃO COM OUTRAS CONTRATADAS

13.1 – A CONTRATADA obriga-se a cooperar com outras empresas contratadas pela CONTRATANTE, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma.

13.2 – A CONTRATADA conduzirá os seus serviços de maneira a não interferir, provocar atrasos, embaraço ou qualquer limitação nos trabalhos das demais contratadas.

13.3 – Quaisquer entendimentos entre as contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da CONTRATANTE.

13.4 – Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar danos aos serviços, por terceiros já executados, arcará esta com os custos de restauração dos mesmos às suas condições originais e, em não o fazendo, adotará a CONTRATANTE os procedimentos consignados na Cláusula Décima, item 10.3 e 10.4.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

14.1 – Todos os tributos, direitos, encargos e contribuições de qualquer natureza, inclusive para-fiscais, de competência da União, dos estados e dos municípios, que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste Contrato, tenham ou não sido considerados em sua proposta, serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto aos pagamentos e recolhimentos respectivos, exceto:

a) – Os Impostos e Contribuições Federais (CONSIRF), que serão recolhidos pela CONTRATANTE, em atendimento a IN SRF 480/2004 e suas alterações.

b) – O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN, que nos termos do inciso II do § 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 116/2003, será integralmente retido e recolhido pela CONTRATANTE.

14.2 – Nas hipóteses em que a legislação tributária permitir desconto de subempreitada(s) na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN e, no caso da subempreitada ter sido autorizada pela CONTRATANTE, conforme exigido na Cláusula 24.1, a retenção e o recolhimento do imposto serão realizados pela CONTRATANTE, considerando como base de cálculo o valor integral dos serviços.

14.3 – Nessa hipótese, caberá à CONTRATADA comprovar junto ao(s) Município(s), sujeito(s) ativo(s) do ISSQN, eventual/eventuais pagamento(s) do imposto referente ao(s) serviço(s) subcontratado(s), a fim de reaver os valores referentes a estes.

14.4 – Todas as Notas Fiscais e/ou documentos afins emitidos pela CONTRATADA deverão especificar:

a) – Qual/quais a(s) prefeitura(s) ao(s) qual/quais se referem os serviços faturados;

b) – Qual/quais o(s) percentual(is) de alíquota(s) adotado(s) na(s) legislação(ões) tributária(s) do(s) município(s) no(s) qual/quais se realizou/realizaram o(s) serviço(s);

c) – Qual/quais a(s) base(s) de cálculo referente(s) ao ISSQN sobre os serviços faturados.

14.4.1 - Os dados constantes do subitem 14.4, bem como os demais, inclusive os quantitativos e os valores indicados como desconto da base de cálculo do ISSQN, quando permitido na legislação tributária municipal, deverão ser conferidos e ratificados pelo gestor contratual, mediante carimbo no(s) documento(s), com indicação da data em que se realizou a conferência.

14.5 – Quaisquer alterações nas obrigações fiscais existentes ou criação de novas obrigações fiscais, incidentes sobre a prestação dos SERVIÇOS, desde que em obediência à legislação em vigor, que venham a se refletir nos preços contratuais, implicarão na revisão destes, obrigando-se a CONTRATADA a delas dar conhecimento expresso e imediato à CONTRATANTE.

14.6 – Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seu preposto à CONTRATANTE ou terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições previstas em leis, regulamentos ou posturas vigentes em decorrência de execução dos SERVIÇOS previstos neste Contrato.

14.7 – Até a data de apresentação do primeiro faturamento, a CONTRATADA obriga-se a fazer prova junto à CONTRATANTE de sua regularização perante os municípios onde serão realizadas as obras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INCENTIVOS FISCAIS

15.1 – Caso os serviços, objeto deste Contrato, venham a ser beneficiados com incentivos fiscais de quaisquer natureza que resultem em redução de custos dos mesmos, a CONTRATADA repassará à CONTRATANTE o valor equivalente aos benefícios recebidos.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

15.2 – Caso qualquer benefício fiscal, aplicável aos serviços deste Contrato, deixe de ser gozado por culpa imputável à CONTRATADA, esta se obriga a arcar com o ônus decorrente da não incentivação dos mesmos, ficando desde logo acordado que a CONTRATANTE pagará sempre o preço incentivado dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORÇA MAIOR

16.1 – Para efeito deste Contrato, consideram-se circunstâncias de força maior aquelas definidas na legislação em vigor.

16.2 – Se a CONTATADA, por circunstâncias de força maior, for temporariamente impedida de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação com informações a respeito dos efeitos do evento.

16.3 – Após a constatação pela CONTRATANTE da existência de circunstâncias de força maior, ficarão suspensas as obrigações que a CONTRATADA, em razão de tais circunstâncias, ficar impedida e cumprir. Enquanto perdurar a mencionada situação inexistirá, por parte da CONTRANTANTE, obrigação de remunerá-la.

16.3.1 – Quando tal suspensão de obrigações se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, qualquer das Partes poderá considerar rescindido este Contrato e a CONTRATANTE terá exclusivamente o encargo de pagar à CONTRATADA a importância correspondente aos serviços até então executados e aceitos pela fiscalização.

16.4 – Chuva e suas consequências não serão consideradas como motivo para prorrogação do prazo contratual estabelecido no item 4.1, salvo quando caracterizarem motivo de força maior, conforme definido na legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PATENTES

17.1 – A existência de patentes e de "royalties" sobre materiais, máquinas, equipamentos, dispositivos, processos, desenhos, modelos e marcas utilizados na execução dos serviços será levada pela CONTRATADA, por escrito, ao conhecimento da CONTRATANTE, antes de serem os mesmos utilizados nos serviços objeto deste Contrato.

17.2 – Não obstante a comunicação à CONTRATANTE, mencionada no item anterior, a CONTRATADA será sempre, perante terceiros, a única responsável pela infração de direito de uso de materiais ou processos de fabricação e execução protegidos por marcas e patentes, respondendo, integral e diretamente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer na execução deste Contrato.

17.3 – A CONTRATADA indenizará à CONTRATANTE de todos os danos oriundos diretamente de qualquer ação, reclamação ou demanda motivada pelo uso de inventos, processos, patentes, marcas, projetos, sistemas, desenhos, ou equivalentes, que protejam a utilização de qualquer material e/ou equipamento utilizado em virtude do Contrato.

17.4 – A obrigação da CONTRATADA de indenizar, nos termos no item 17.3, se estenderá em qualquer tempo, ainda que terminado o contrato, a toda e qualquer reclamação ou demanda originada no Brasil ou em qualquer outro país.

17.5 – Qualquer reclamação feita à CONTRATANTE, por infração de marcas e patentes, deverá ser comunicada à CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias do seu recebimento, tendo a CONTRATADA à obrigação de assumir, a seu custo, as despesas na defesa contra essa reclamação.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REGISTRO DO CONTRATO E AUDITORIA

18.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA registrar este Contrato, seus Aditivos e eventuais subcontratos, nos órgãos aos quais devam ser submetidos, de acordo com a legislação e nos prazos legais e providenciar todas as licenças, documentos ou certidões exigidas por lei, fornecendo à CONTRATANTE, cópias dos mesmos, devidamente autenticados, dentro de 20 (vinte) dias após a data de assinatura deste Contrato.

18.1.1 – Dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após a assinatura deste Contrato, deverá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE o comprovante de registro do instrumento contratual junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) com jurisdição no local da execução dos serviços.

18.2 – Para fins de inspeção e exame, todos os registros da CONTRATADA, relativos à suas obrigações legais e fiscais, deverão ser colocados à disposição da CONTRATANTE e/ou de quem ela designar, durante o horário normal de trabalho, nos locais onde forem habitualmente guardados ou nos escritórios da CONTRATADA.

18.2.1 – Toda e qualquer documentação, inclusive àquela referente aos levantamentos e cálculos de quantidades de serviços, deverá ser colocada à disposição da CONTRATANTE, a qualquer tempo e quando por esta solicitada, para verificação e auditoria que poderá ser exercida, diretamente, ou por terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PROPRIEDADE E CARÁTER CONFIDENCIAL DOS SERVIÇOS

19.1 – Todos os dados desenvolvidos em função deste Contrato, inclusive desenhos, projetos, programas de processamento de dados, estimativas e quaisquer outras informações neles usadas serão de propriedade da CONTRATANTE, não podendo em hipótese alguma ser utilizados, reproduzidos, divulgados ou transmitidos a terceiros sem a sua prévia autorização por escrito. Esses dados deverão ser entregues à CONTRATANTE ao término da execução dos serviços e antes da expedição do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SEGUROS

20.1 – A CONTRATADA se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei com vigência a partir da data de início dos serviços até seu encerramento.

20.1.1 – Na data de entrega de cada fatura, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE o comprovante de recolhimento relativo ao seguro contra acidentes de trabalho.

20.2 – A CONTRATADA será responsável pela contratação, por sua conta exclusiva, dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos próprios que utilizar na execução dos serviços e de responsabilidade Civil Geral — Cobertura Cruzada, com a inclusão da CONTRATANTE, subcontratadas e terceiros.

20.2.1 – Caso não providencie a cobertura dos seguros mencionados nesta cláusula a CONTRATADA assumirá todos os riscos e ônus inerentes à execução dos serviços, sem prejuízo de a CONTRATANTE poder, nessa hipótese, considerar rescindido esse Contrato.

20.3 – Para proteção dos serviços, obras, instalações, materiais e equipamentos da CONTRATANTE, sob guarda e responsabilidade da CONTRATADA, assim como para resguardar direitos de terceiros, a CONTRATANTE, quando julgar, necessário, providenciará e manterá em vigor, por sua conta e em nome próprio, os seguintes seguros, com valores de

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

cobertura adequados:

a) – Seguro de Responsabilidade Civil com Cláusula de responsabilidade cruzada.

b) – Seguro de transporte de materiais e equipamentos, no canteiro de obras.

c) – Seguro de Riscos de Engenharia, Obras Civis e/ou Instalações e Montagem.

20.4 – Os Prêmios dos seguros, eventualmente, quando contratados pela CONTRATANTE, na forma do item 20.3, não serão considerados no cálculo de quaisquer honorários, remuneração ou taxas devidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

20.5 – Se por dolo ou culpa da CONTRATADA ocorrerem sinistros envolvendo os bens referidos no item 20.3 a CONTRATANTE não será responsável pelo pagamento de eventuais danos causados à CONTRATADA, seus empregados ou prepostos. Se a CONTRATANTE tiver que indenizar terceiros, a CONTRATADA a reembolsará da quantia paga, devidamente corrigida na forma da legislação em vigor.

20.6 – Na hipótese da CONTRATANTE ser indenizada por sinistros cobertos pelas apólices mencionadas no item 20.3, a CONTRATADA ficará isenta de quaisquer pagamentos pertinentes àqueles prejuízos, observadas, todavia, as cláusulas referentes às franquias obrigatórias.

20.6.1 – A CONTRATADA será obrigada a reembolsar a CONTRATANTE pelas deduções que esta sofrer em decorrência da aplicação na liquidação de sinistro, da cláusula de franquias obrigatórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – MULTAS

21.1 – Caso a CONTRATADA não cumpra os prazos contratuais de cada marco indicado na Cláusula Quarta ficará sujeita ao pagamento de uma multa, aplicada por dia de atraso, correspondente a 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado do Contrato, especificado no item 26.1, corrigido monetariamente para a data de aplicação de multa, de acordo com a legislação em vigor.

21.1.1 – Se o montante das multas corrigidas monetariamente aplicadas à CONTRATADA ultrapassar 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do total estimado do Contrato, corrigido para a data de aplicação da última multa, a CONTRATANTE, poderá rescindi-lo de pleno direito.

21.2 – A CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação de multa aplicada pela CONTRATANTE para recorrer em petição motivada à Diretoria da CONTRATANTE.

21.3 – As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que for devido após sua aplicação, devendo ser descontadas do valor líquido das respectivas faturas, ou de qualquer garantia prestada pela CONTRATADA a critério da CONTRATANTE.

21.4 – Caso a CONTRATADA atrase a execução de parte dos SERVIÇOS previstos no Cronograma Físico de Execução de Obras, em qualquer estágio de construção em que se encontre, a CONTRATANTE a seu critério, e independente da aplicação de multa prevista nesta cláusula, poderá adjudicar tais serviços a terceiros, permanecendo na íntegra a responsabilidade da CONTRATADA em relação aos demais trabalhos, sem que lhe assista qualquer direito de indenização ou pagamento pela transferência de tais serviços, além do pagamento dos serviços realmente executados e aceitos pela CONTRATANTE.

21.5 – Caso a CONTRATADA, recupere o atraso que deu origem à multa, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, devolver o valor das multas cobradas, pelo seu valor original, sem outras compensações, sejam de quaisquer natureza

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1 – Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia em qualquer das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1°, da Lei 8.666/93, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do montante contratual, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data de assinatura do presente instrumento.

22.1.1 – A CONTRATADA deverá repor a garantia sempre que a mesma for reduzida ou perdida em conseqüência do desconto de débitos ou de multas em que a CONTRATADA incidir e não recolher no devido tempo.

22.1.2 – A CONTRATADA deverá complementar a garantia sempre que a mesma corresponder a valor menor que 5% (cinco por cento) do saldo contratual corrigido monetariamente, conforme legislação que regula a matéria.

22.2 – O pagamento de todo e qualquer documento de cobrança da CONTRATADA somente será efetuado pela CONTRATANTE se a condição de garantia de que trata esta Cláusula estiver satisfeita.

22.3 – As garantias prestadas pela CONTRATADA, excetuados os valores descontados nos termos do presente Contrato, serão restituídas ou liberadas pela VALEC 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RESCISÃO E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

23.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto na Lei 8.666193.

23.1.1 – Constitui ainda motivo para rescisão desde Contrato a subcontratação de obra, ainda que parcial, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

23.2 – O presente Contrato poderá ser resilido a qualquer momento, por acordo entre as partes, mediante aviso com 30 (trinta) dias de antecedência.

23.3 – Ocorrendo rescisão por motivo imputável à CONTRATADA, arcará esta com uma multa rescisória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo da aplicação das perdas e danos apurados e de outras sanções cabíveis.

23.4 – Se o Contrato for rescindido por causa não imputável à CONTRATADA, a CONTRATANTE liberará as garantias na forma da Cláusula Vigésima Segunda, item 22.3.

23.5 – Em caso de rescisão, a CONTRATADA se obriga a permitir a utilização, pela CONTRATANTE, ou terceiros por esta contratados, de seus equipamentos, ferramentas e instalações necessários à continuidade dos serviços, a partir do momento em que for apontado o motivo de rescisão pela CONTRATANTE, ocasião em que a CONTRATADA deixará e exercer a administração dos serviços.

23.5.1 – Pela utilização de equipamentos e ferramentas referidos no item 23.5 a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os custos honorários constantes da composição da planilha de Custos Unitários do Serviço, Anexo X B do Edital.

23.5.2 – A utilização referida no item 23.5 prolongar-se-á pelo prazo necessário à conclusão dos serviços, quando a CONTRATANTE autorizará a desmobilização dos equipamentos e ferramentas.

23.6 – A CONTRATANTE poderá, a seu critério exclusivo, por notificação à CONTRATADA, suspender a execução dos serviços, ainda que não haja motivos imputáveis às Partes que

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

caracterizem inadimplência.

23.7 – Ocorrendo a determinação da suspensão dos serviços, nos termos do item 23.6, a CONTRATADA e suas eventuais subcontratadas deverão imediatamente interromper seus serviços e quaisquer compras ou encomendas de materiais e/ou equipamentos, em condições satisfatórias para a CONTRATANTE e também a CONTRATADA.

23.8 – Enquanto durar a suspensão dos SERVIÇOS a CONTRATADA limitará suas atividades ao suficiente para proteger os SERVIÇOS já executados.

23.9 – Caberá à CONTRATANTE reembolsar à CONTRATADA das despesas adicionais em que esta razoavelmente incorrer em virtude de suspensão dos serviços, conforme forem comprovadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE, a saber:

a) - Despesas com o pessoal da CONTRATADA, que a mesma não possa comprovadamente transferir de imediato para outros SERVIÇOS, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos à contar da data da notificação da suspensão dos SERVIÇOS;

b) - Despesas provenientes do deslocamento do pessoal da CONTRATADA, para retorno à sua origem;

c) - Despesas de transporte dos equipamentos em operação nos serviços na época da suspensão até o local do parqueamento (acampamento) central da CONTRATADA ou outro local de serviço mais próximo;

d) - Despesas que a CONTRATADA incorrer com a suspensão dos seus subcontratos, limitadas às de mesma natureza das acima indicadas.

23.10 – Se no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da notificação da suspensão dos serviços, a CONTRATANTE não promover a sua retomada, ensejará o direito da CONTRATADA de solicitar a rescisão do presente Contrato.

23.11 – A CONTRATADA deverá retomar imediatamente a execução dos serviços suspensos quando assim for notificada pela CONTRATANTE, devendo entretanto serem acordados novos prazos contratuais pelas Partes para conclusão dos mesmos.

23.12 – Nas hipóteses em que a CONTRATANTE puder exercer o direito de rescisão contratual, poderá, caso não execute o seu direito de rescindir o Contrato, sustar o pagamento das faturas pendentes até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

23.13 – Na hipótese de ser alterado, por ato do Governo Federal, o valor da verba consignada na Cláusula Trigésima, e/ou na de ocorrência de condições conjunturais, alheias à vontade da CONTRATANTE, que impossibilitem a execução dos serviços como contratados, fica facultado às Partes, de comum acordo, o direito de suspender a execução dos mesmos, ainda que por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do disposto no item 23.7 desta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

24.1 – A subcontratação parcial das obras e serviços objeto deste contrato será permitida mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, no limite de 30% (trinta por cento) do valor de serviço(s).

24.1.1 – A autorização de subcontratação eventualmente concedida pela CONTRATANTE, bem como os pagamentos efetuados nos termos do item anterior não caracterizarão sub-rogação, nem eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo integral cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato, nem tampouco alterará as obrigações assumidas pela CONTRATADA perante à CONTRATANTE.

24.2 – A CONTRATANTE poderá de comum acordo com a CONTRATADA efetuar pagamento diretamente à subcontratada referida no item anterior, devendo esta comprovar sua regularidade

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

jurídica e fiscal.

24.3 – Não será permitida, em nenhuma hipótese, a cessão ou sub-rogação total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA — VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

25.1 – O valor total estimado deste contrato é de **R$ 607.978.186,93** (seiscentos e sete milhões novecentos e setenta e oito mil cento e oitenta e seis reais e noventa e três centavos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – NOVAÇÃO

26.1 – A tolerância ou o não exercício pela CONTRATANTE de quaisquer direito a ela assegurados neste Contrato ou na Lei em geral não importa em novação ou em renúncia ao exercício de qualquer desses direitos na forma contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

27.1 – Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas Cláusulas mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – MEIO AMBIENTE

28.1 – Fica expressamente vedado à CONTRATADA o desmatamento além das estrias necessárias dos serviços, bem como a prática, por seus empregados, da caça predatória de acordo com a legislação pertinente e instruções emitidas pela fiscalização.

28.2 – A CONTRATADA se obriga a seguir e adotar as orientações que vierem a ser indicadas pela equipe designada pela CONTRATANTE, responsável pela preservação do meio ambiente.

28.3 – A CONTRATADA se obriga, ainda, a executar as atividades de monitoramento e controle ambiental, conforme exigido pelos órgãos de meio-ambiente e pelo IBAMA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – RECURSOS FINANCEIROS

29.1 – Os recursos orçamentários do exercício 2014 estão previstos na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 21 de janeiro de 2014, e os recursos orçamentários do exercício 2015 estão previstos no Plano Plurianual – PPA 2012/2015, Lei nº 12.593 de 18/01/12, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

- Função Programática n° 26.783.2072.11ZE.0029.
- Natureza da Despesa n° 44.90.51.91
- Fonte de Recursos: 0100
- Nota de Empenho n° 2014NE000147.

.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

30.1 – O presente Contrato terá eficácia a partir da data de sua publicação resumida no Diário Oficial da União.

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

31.1 – As Partes Contratantes elegem o Foro da Justiça FederaI da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mas privilegiado que seja, para dir ir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato e de sua execução.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 7 de fevereiro de 2014.

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor de Engenharia

JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO
Diretor-Presidente

CONSÓRCIO TRAIL/PAVOTEC

MARCOS JOSÉ RIBEIRO
Gerente de Desenvolvimento de Negócios
TRAIL Infraestrutura Ltda.

TESTEMUNHAS

Nome: Maisa Cristiane de Farias CPF: 793752351-49

Nome: Heloles A. S Nascimento CPF: 33044791634

Visto da SULIC
Pedro Paulo. S. Ribeiro

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2014 - UASG 393019

Nº Processo: 50607000169201412 . Objeto: Contratação de empresa de fornecimento de água unidade local Resende, Barra mansa 2014. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 03/02/2014. ADEMIR ANGELO CHIEPPI. Chefe Adm Fin.. Ratificação em 03/02/2014. CELSO FIGUEIRA CRESPO. Superintendente. Valor Global: R$ 2.000,00. CNPJ CONTRATADA : 29.053.402/0001-36 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO.

(SIDEC - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800023

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2014 - UASG 393019

Nº Processo: 50607000170201447 . Objeto: Contratação de empresa pera fornecimento de água da UL de Campos,SRERJ/DNIT. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 03/02/2014. ADEMIR ANGELO CHIEPPI. Chefe Adm.fin.. Ratificação em 03/02/2014. CELSO FIGUEIRA CRESPO. Superintendente. Valor Global: R$ 10.000,00. CNPJ CONTRATADA : 01.280.003/0001-99 AGUAS DOPARAIBA SA.

(SIDEC - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800028

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 - UASG 393019

Nº Processo: 50607000172201436 . Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de licenças ambientais exercicio 2014 (INEA) Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 03/02/2014. ADEMIR ANGELO CHIEPPI. Chefe Adm. Fin.. Ratificação em 03/02/2014. CELSO FIGUEIRA CRESPO. Superintendente. Valor Global: R$ 80.000,00. CNPJ CONTRATADA : 10.598.957/0001-35 INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA.

(SIDEC - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 UASG 393019

Número do Contrato: 731/2013. Nº Processo: 50607001328201234. TOMADA DE PREÇOS Nº 564/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 34271379000196. Contratado : PACS PLANEJAMENTO ASSESS -CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. Objeto: Prorrogação de Prazo por mais 30 (trinta) dias consecutivos elevando o prazo de execução/conclusão para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. Fundamento Legal: Art. 57 inc. I da lei 8.666/93. Vigência: 07/02/2014 a 08/03/2014. Data de Assinatura: 06/02/2014.

(SICON - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 393019

Número do Contrato: 736/2013. Nº Processo: 50607000832201136. TOMADA DE PREÇOS Nº 443/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 34271379000196. Contratado : PACS PLANEJAMENTO ASSESS -CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. Objeto: Prorrogação de Prazo por 60 (sessenta) dias consecutivos elevando o prazo de execução/conclusão para 210 (duzentos e dez) dias consecutivos. Fundamento Legal: Art. 57 inc. I da lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 13/02/2014 a 13/04/2014. Data de Assinatura: 06/02/2014.

(SICON - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800008

RETIFICAÇÃO

Na Inexigibilidade de Licitação Nº 4/2014 publicada no D.O.U de 06/02/2014, Seção 3 Pág. 197 , Onde se lê: Contratada: IMPRENSA NACIONAL. Valor: R$ 5.000,00. Leia-se: Contratada: IMPRENSA NACIONAL. Valor:R$ 10.000,00.

(SIDEC - 07/02/2014) 393019-39252-2014NE800028

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2014 - UASG 393012

Número do Contrato: 26/2010. Nº Processo: 50610003106201388. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 588/2009. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 88692264000102. Contratado : ELMO ELETRO MONTAGENS LTDA - EPP -Objeto: Prorrogação de Prazo contratual por mais 360 dias consecutivos. Fundamento Legal: Art.57, parágrafo 1º, II e IVda Lei 8.666/93. Vigência: 11/01/2014 a 06/01/2015. Data de Assinatura: 10/01/2014.

(SICON - 07/02/2014)

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO Nº 29/2014

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada , publicada no D.O.U de 28/01/2014,Entrega das Propostas: a partir de 28/01/2014, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/02/2014, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Seleção de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância/segurança patrimonial armada com vistas a executar a guarda e conservação do Patrimônio Público e o zelo pela segurança dos usuários servidores e população, em geral, que acessam o prédio do Almoxarifado Diretor Augusto Pestana RFFSA, em Porto Alegre/RS, e os prédios das Unidades Locais situadas nos municípios de Cruz Alta, Osório, Santa Maria, Santana do Livramento, São Leopoldo e Vacaria, da Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul/DNIT, conforme especificações e condições constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

PEDRO LUZARDO GOMES
Superintendente

(SIDEC - 07/02/2014) 393012-39252-2013NE800020

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Espécie: Contrato nº 002/2014, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CONSÓRCIO STE / VEGA. Objeto: Prestação de serviços de consultoria técnica para supervisão das obras e apoio e suporte ao gerenciamento da Ferrovia Norte Sul (EF-151), compreendido entre o Km 719 (Palmas (TO)) e o Km 1.574 (Pátio do Porto Seco de Anápolis (GO)). Valor: R$ 38.183.409,25 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e três mil, quatrocentos e nove reais e vinte e cinco centavos). Vigência do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses. Nota de Empenho: 2014NE000067. Fundamentação Legal: Art. 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 24/01/2014. Processo nº 51402.022876/2012-67.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Contrato nº 007/2014, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CONSÓRCIO TRAIL / PAVOTEC. Objeto: execução, sob regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), referente às obras remanescentes do Lote 01 da Concorrência nº 005/2010. Valor: R$ 607.978.186,93 (seiscentos e sete milhões novecentos e setenta e oito mil cento e oitenta e seis reais e noventa e três centavos). Vigência do Contrato: 22 (vinte e dois) meses. Nota de Empenho: 2014NE000147. Fundamentação Legal: Art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 07/02/2014. Processo nº 51402.064958/2013-61.

Espécie: Contrato nº 006/2014, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CONSÓRCIO PAVOTEC / TRAIL. Objeto: execução, sob regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), referente às obras remanescentes do Lote 05 da Concorrência nº 005/2010. Valor: R$ 849.764.651,51 (oitocentos e quarenta e nove milhões setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos). Vigência do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses. Nota de Empenho: 2014NE000148. Fundamentação Legal: Art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 07/02/2014. Processo nº 51402.066586/2013-11.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2014 - UASG 395001

Nº Processo: 508400003922013. PREGÃO SISPP Nº 29/2013. Contratante: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E -LOGISTICA S.A - EPL. CNPJ Contratado: 06071706000120. Contratado : PETRONORTE COMBUSTIVEIS LTDA -Objeto: Fornecimento de combustível, para atender as necessidades da Contratante em Brasília/DF, conforme condições descritas no Contrato e seus anexos. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 10/02/2014 a 09/08/2014. Valor Total: R$38.485,20. Data de Assinatura: 27/01/2014.

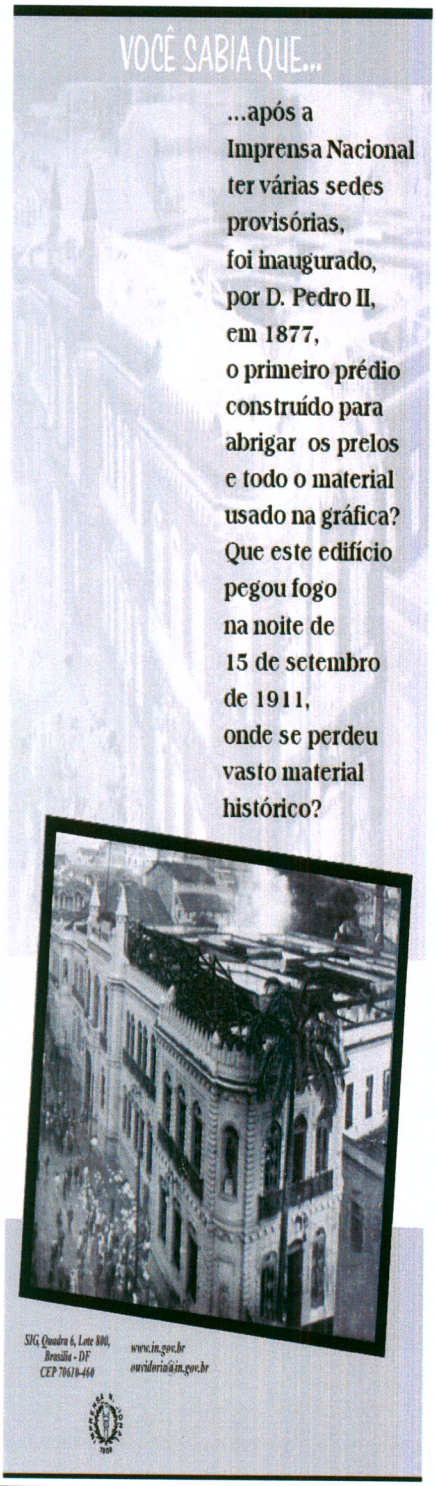
(SICON - 07/02/2014) 395001-39253-2014NE800021

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 24/2013

Processo: 50840.000376/2013. O Pregoeiro da Empresa de Planejamento e Logística S.A-EPL, comunica que o Pregão nº 24/2013, sagrou-se vencedora a empresa UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA. com o valor total estimado anual de R$ 872.700,00 (oitocentos e setenta e dois mil e setecentos reais).

JOSMAR TEIXEIRA DE RESENDE

(SIDEC - 07/02/2014) 395001-39253-2014NE800021



Rua Siqueira Campos, Nº 664 Centro - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: 17/03/2014 às 09h00. Informações Gerais: O Edital poderá ser obtido nos Portais COMPRASNET e DNIT. As licitantes ficam desde já informadas da necessidade de acessar o Portal DNIT para acompanhar os avisos do certame.

PEDRO LUZARDO GOMES
Superintendente

(SIDEC - 10/02/2014) 393012-39252-2013NE800020

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 393023

Número do Contrato: 37/2014.
Nº Processo: 50600054279201201.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 377/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01231948000110. Contratado : CSN ENGENHARIA LTDA -Objeto: 1º Termo aditivo de suspensão de prazo referente ao contrato nº 0037/2014-23, para Serviços de Execução das Obras de IMplantação e Construção na rodovia BR-242/TO; Trecho: Div. BA/TO - Div. TO/MT (São Felix do Araguaia); Subtrecho: Entr. BR-010(A)/296(B)/387(A) (Paranã) - Entr. TO-280(A); Segmento: km 189,3 - km 223,0; Extensão: 33,7 km; Cód SNV: 242BTO0410 - 242BTO0430. Fundamento Legal: Normas do DNIT,art 57, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 8666/93. Data de Assinatura: 03/02/2014.

(SICON - 10/02/2014) 393023-39252-2013NE800260

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2014 publicado no D.O. de 20/01/2014 , Seção 3, Pág. 214. Onde se lê: Valor R$ 5.400.000,00 Leia-se : Valor R$ 540.000,00

(SICON - 10/02/2014) 393023-39252-2013NE800260

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2014 - UASG 277001

Nº Processo: 50770000294201350.
PREGÃO SRP Nº 11/2013. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES -CNPJ Contratado: 05630085000105. Contratado : VICMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS -PARA ESCRITORIO LTDA - E. Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços 01/2013, do Hosp. Geral de Belém, para locação de máquina copiadora para o DMM. Fundamento Legal: Decreto 7892/13, Lei 10520/02, Lei 8666/93 e alterações posteriores. Vigência: 03/01/2014 a 02/01/2015. Valor Total: R$28.800,00. Data de Assinatura: 02/01/2014.

(SICON - 10/02/2014) 277001-00001-2014NE800258

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância, instituída pela Portaria nº 177/2013, de 06 de março de 2013, do Senhor Diretor Presidente da VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias, no uso de suas atribuições e tendo em vista a aplicação por analogia do artigo 163 da Lei 8.112/90, CITA, pelo presente edital, o ex-servidor JOSE FRANCISCO DAS NEVES, brasileiro, engenheiro elétrico, casado, portador do documento de identidade 8.6472 SSP/GO, registrado no cadastro do Ministério da Fazenda com o CPF 062833301-34, por se encontrar em local incerto e não sabido para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, comparecer ao escritório desta empresa pública no Rio de Janeiro, localizado na Praça Procópio Ferreira 86 sala 702, Centro, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos apurados nos processos de sindicância nº 51402.0013875/2012-21 e nº 51402.019353/2012-33. Informa que os processos se encontram no endereço em referência e poderá ser examinado pelo citado ou seu procurador devidamente constituído.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2014.
JOSÉ MARIA JOVENTINO DA SILVA

AVISOS
CONCORRÊNCIA Nº 4/2013

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, por meio da Sra. Presidente da Comissão Permanente de Licitações, informa o resultado do julgamento dos Recursos Administrativos relativos à fase de habilitação, devidamente ratificados pelo Diretor-Presidente da VALEC: fica deferido os recursos apresentados pelos consórcios ATP/DAYNATEST/ASTEP/ENGEMAP e Ferrovia SC. Desta forma, ficam inabilitados o Consórcio MAIA MELO/ ARGEPLAN/ CP EMPREENDIMENTOS e a empresa IM Engenharia, sendo as demais empresas habilitadas no certame. Cópia do Relatório de Julgamento encontra-se disponível no site www.valec.gov.br. Na oportunidade, convoca-se para abertura dos envelopes contendo as Propostas Técnicas, das licitantes habilitadas, no dia 13 de fevereiro de 2014, às 09h:00, no auditório da sede da VALEC localizada no SEP/SUL, Quadra 713/913, lote E, Edifício CNC Trade, Asa Sul, Brasília/DF.

CONCORRÊNCIA Nº 5/2013

A VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, por meio da Sra. Presidente da Comissão Permanente de Licitações, informa o resultado do julgamento dos Recursos Administrativos relativos à fase de habilitação, devidamente ratificados pelo Diretor-Presidente da VALEC: fica deferido os recursos apresentados pelos consórcios ATP/DAYNATEST/ASTEP/ENGEMAP e ECO-PLAN/SKILL/AEROGEO/OIKOS. Desta forma, ficam inabilitados o Consórcio MAIA MELO/ ARGEPLAN/ CP EMPREENDIMENTOS e a empresa IM Engenharia, sendo as demais empresas habilitadas no certame. Cópia do Relatório de Julgamento encontra-se disponível no site www.valec.gov.br. Na oportunidade, convoca-se para abertura dos envelopes contendo as Propostas Técnicas, das licitantes habilitadas, no dia 14 de fevereiro de 2014, às 09h:00, no auditório da sede da VALEC localizada no SEP/SUL, Quadra 713/913, lote E, Edifício CNC Trade, Asa Sul, Brasília/DF.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.
CAROLINA DE OLIVEIRA SERAFIM MARTINS

RETIFICAÇÕES

Nas publicações do Diário Oficial da União nº 28, segunda feira do dia 10 de fevereiro de 2014 página 143, Seção 3 no que se refere o Contrato nº 006/2014 no Ato onde se lê EXTRATO DE TERMO ADITIVO se lê EXTRATO DE CONTRATO.

Nas publicações do Diário Oficial da União nº 28, segunda feira do dia 10 de fevereiro de 2014 página 143, Seção 3 no que se refere o Contrato nº 007/2014 no Ato onde se lê EXTRATO DE TERMO ADITIVO se lê EXTRATO DE CONTRATO.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 334/2013

Termo de Credenciamento n º 334/2013, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e RODRIGO DE ALMEIDA HOLANDA. Objeto: prestação de Serviços Médicos. Processo:1.24.000.001467/2013-11. Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001.Nota de Empenho/MPF/PR/PB: n.º 2013NE000028 de 18/01/2013. Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho/MPT/PRT/PB 13ª REGIÃO: n.º 2013NE000020, de 18/01/2013, Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho/MPM/DF n.º 2013NE00032, de 04/01/2013. Vigência: 15/01/2014 a 14/01/2019 Assinatura: pelo Credenciante VILSON VICENTE POSSAMAI JUNIOR, pelo Credenciado: RODRIGO DE ALMEIDA HOLANDA.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 389/2013

Termo de Credenciamento nº 389/2013, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e JOSIANE NASCIMENTO DA MATA. Objeto: prestação de serviços de perícia paramédica (psicologia). Processo: 1.22.000.003255/2013-34. Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: nº 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: nº 2013NE000104, de 17Jan2013, Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2013NE000030, de 09Jan2013, Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2013NE000032, de 04Jan2013. Vigência: 27Dez2013 A 26Dez2018. Assinatura: pelo Credenciante VILSON VICENTE POSSAMAI JUNIOR e, pelo Credenciado JOSIANE NASCIMENTO DA MATA.

ESCOLA SUPERIOR

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2014

A Pregoeira torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do certame em epígrafe. Licitante vencedora: F-SET SOLUÇÕES EM EVENTOS LTDA-ME, no valor total de R$ 802.000,00 (oitocentos e dois mil reais).

DEUSA LUZIA DE FREITAS LIMA
Pregoeira

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 02/2014. Contratantes: Ministério Público Federal e Petronorte Combustíveis Ltda. Objeto: Fornecimento de combustíveis. Modalidade: Pregão nº 11/2013. Valor total: R$ 97.447,23. Vigência: de 06/02/2014 até 31/12/2014, ou até que seja concluído o novo processo licitatório. Data de Assinatura: 06/02/2014. Nota de Empenho: 2014NE000005, de 08/01/2014. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3.3.9.0.30. Signatários: pelo Contratante, Cássio Américo da Silva, Secretário de Administração; e pela Contratada, Gabriel Almeida Prieto, Procurador. Processo MPF/PGR 1.00.000.018308/2013-89.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 11/2014

O pregoeiro da Procuradoria Geral da República torna público para conhecimento dos interessados que o objeto do pregão suprareferenciado foi adjudicado à empresa DESIGN FABRICA E COMERCIO DE MOVEIS E MARMORES EIRELI para os itens 1 e 2pelo critério de menor preço.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Pregoeiro

(SIDEC - 10/02/2014) 200100-00001-2014NE000011

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais de processamento de dados, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 16/2013; PROCESSO: 1.02.000.000488/2013-78. Data da assinatura: 16/12/2013. Vigência: 17/12/2013 a 16/12/2014.Preços em reais no valor total de R$ 25.770,00 (vinte e cinco mil, setecentos e setanta reais) registrado conforme tabela constante da Ata de Registro de Preços; EMPRESA VENCEDORA: MCL INFORMÁTICA LTDA - EPP, Assinaturas: HEITOR ROMERO CAJATY, Secretário Regional substituto, pelo Registrador e HELIO NUNES DE OLIVEIRA, Representante Legal, pela contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais de processamento de dados, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 16/2013; PROCESSO: 1.02.000.000488/2013-78. Data da assinatura: 16/12/2013. Vigência: 17/12/2013 a 16/12/2014.Preços em reais no valor total de R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) registrado conforme tabela constante da Ata de Registro de Preços; EMPRESA VENCEDORA: TNS COMERCIAL LTDA, Assinaturas: HEITOR ROMERO CAJATY, Secretário Regional substituto, pelo Registrador e LETÍCIA VIANNA SANTOS KARAM, Representante Legal, pela contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais de processamento de dados, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 16/2013; PROCESSO: 1.02.000.000488/2013-78. Data da assinatura: 16/12/2013. Vigência: 17/12/2013 a 16/12/2014.Preços em reais no valor total de R$ 1.399,50 (um mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), registrado conforme tabela constante da Ata de Registro de Preços; EMPRESA VENCEDORA: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA, Assinaturas: RODNEI JORGE BORGES RUBEM, Secretário Regional, pelo Registrador e BRUNA CARVALHO, Representante Legal, pela contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais e medicamentos para o gabinete odontológico, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 17/2013; PROCESSO: 1.02.000.000460/2013-31. Data da assinatura: 27/12/2013. Vigência: 28/12/2013 a 27/12/2014.Preços em reais no valor total de R$ 8.794,00 (oito mil, setecentos e noventa e quatro reais) registrado conforme tabela constante da Ata de Registro de Preços; EMPRESA VENCEDORA: DENTAL ODONTOMED LTDA, Assinaturas: RODNEI JORGE BORGES RUBEM, Secretário Regional, pelo Registrador e DIONE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Sócia, pela contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais e medicamentos para o gabinete odontológico, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 17/2013; PROCESSO: 1.02.000.000460/2013-31. Data da assinatura: 27/12/2013. Vigência: 28/12/2013 a 27/12/2014.Preços em reais no valor total de R$ 5.194,65 (cinco mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos) registrado conforme tabela constante da Ata de Registro de Preços; EMPRESA VENCEDORA: KIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EURELI EPP, Assinaturas: RODNEI JORGE BORGES RUBEM, Secretário Regional, pelo Registrador e NEWTON DE SOUZA COSTA, Diretor, pela contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2013

REGISTRADOR: Procuradoria Regional da República da 2ª Região. Espécie: Ata de Registro de Preços; OBJETO: Promover Registro de Preços, consignado em ata, para aquisição eventual de materiais e medicamentos para o gabinete odontológico, conforme Termo de Referência. PREGÃO: Nº 17/2013; PROCESSO: 1.02.000.000460/2013-31. Data da assinatura: 27/12/2013. Vigência: 28/12/2013 a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032014021100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

__ SIASG,SICON,CONTRATO,CONCONTENT (CONSULTA CONTRATO ENT NAO SISG)_____
DATA: 11/02/2014 HORA: 17:28:07 USUÁRIO: THIAGO
UASG : 275075 - VALEC-ENGENHARIA,CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A

CONTRATO N. 00007/2014 REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO
-
SITUAÇÃO : FECHADO DATA DE INCLUSÃO : 11/02/2014 INCISO: XI

OBJETO: Execução, sob regime de empreitada por
reço unitário, de obras e serviços de engenhari
para a implantação do sub-trecho da Ferrovia d
Integração Oeste-Leste (FIOL), referente às ob
as remanescentes do Lote 01 da Concorrência n°
005/2010, da forma a seguir discriminada:Lote 0
- Do Rio da Preguiça (Km 1401 + 710) até o Ter
inal de Ilhéus (Km 1526 + 700). Serviços a sere
desenvolvidos:SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SERV
ÇOSDE SUPERESTRUTURA,Obras de Arte Especiais.

PF3=SAI PF12=RETORNA